

SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E ANTIRRASCISMO

Aline Batista de Paula ¹
Roberta Lima Costa ²

RESUMO

Este artigo é oriundo de um projeto de extensão universitária que presta assessoria a instituições básicas de ensino, atualmente, o Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este projeto tem como objetivo geral contribuir para a construção de uma educação antirracista, articulando os conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira oportunizados pela implementação das leis 10639/03 e 11645/08, e a vivência e experiências cotidianas desses sujeitos. Busca-se que esses conteúdos estejam conectados com a sua realidade das crianças e adolescentes que ali estudam, para que assim possa ter sentido a construção de um antirracismo e o combate às práticas racistas presentes nas escolas. De forma lúdica abordamos temas levantados pela equipe sociopedagógica da instituição e levantamentos feitos com as turmas, como: valorização da identidade negra, racismo estrutural, racismo recreativo e construções coletivas de estratégias antirracistas. A metodologia do projeto se fundamenta através da realização de oficinas que serão estruturadas de acordo com as particularidades de cada um dos grupos pertencentes ao público-alvo: educadores, estudantes e responsáveis. Com os estudantes, nos atentamos para a faixa etária e trouxemos para o debate personalidades que eles assistem e ouvem no seu dia a dia. Desta forma, pretendemos trazer o debate em uma linguagem que eles pudessem entender e contribuir, sem realizar julgamento de valor, mas de forma a transformar o conhecimento que estes tinham sobre o racismo e práticas racistas. Saindo assim, do “é apenas uma brincadeira, tia” para formas mais conscientes das relações raciais presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: racismo, antirracismo, educação, extensão e assessoria.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um projeto de extensão realizado pelo Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro americanos (PROAFRO). Tal programa foi criado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ) em 1993 pelo Prof. Dr. José Flávio Pessoa de Barros, é um centro de pesquisa e documentação público que realiza diversas atividades, como: pesquisa, roda de conversa, minicursos, projetos de pesquisas e extensão. A principal missão deste núcleo de pesquisa e

¹ Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afroamericanos _PROAFRO/CCS/UERJ. Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007), mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011) e doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, paula.aline@uerj.br;

² Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021) e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro(atualmente) -RJ, social.robetalima28@gmail.com;

extensão é a “socialização de pesquisas de temas e questões relativas à história cultural e política dos povos africanos e afro-americanos” (PROAFRO). A partir disso, e alinhados com a necessidade de contribuir para a construção de uma educação antirracista, articulando os conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira oportunizados pela implementação das leis 10639/03 e 11645/08, surge o projeto de extensão ‘Serviço Social, educação e antirracismo’ - PESSEA³.

A ideia do PESSEA surgiu a partir de uma demanda da da equipe técnica do Núcleo Acadêmico Pedagógico - NAPE do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ. Observou-se que apesar das crianças terem acesso a conteúdos sobre relações raciais, racismo e antirracismo, conforme rege a lei 10639/03⁴, há muitos casos de racismo no cotidiano escolar. Nesse sentido, o objetivo geral do projeto é através de uma assessoria contribuir para a construção de uma educação antirracista, articulando os conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira oportunizados pela implementação das leis 10639/03, e a vivência e experiências cotidianas desses sujeitos.

Busca-se que esses conteúdos estejam conectados com a sua realidade concreta, para que assim possa ter sentido a construção de um antirracismo e o combate às práticas racistas presentes nas escolas. Existe uma relação direta entre a produção de conhecimento e ação educativa, logo conhecimentos cujas matrizes são racistas se refletem em um ensino que reforça o racismo.

A ação educativa tem caráter político e ideológico, por isso, é estratégica. Como enfatiza hooks (2013), ela está muito longe de ser neutra. Essas instituições educacionais, segundo a autora, tendem a reforçar o caráter de dominação colonial, porque nossas formas de conhecer são baseadas na história, e nas relações de poder instituídas por essa relação de dominação. Por outro lado, a educação também incide sobre a sociedade, o que a torna potência, passível de transformar-se a si mesma, e de contribuir no processo de transformação dos sujeitos sociais na formação de uma consciência crítica. Moura (1990) ressalta que o sistema de valores baseados em uma perspectiva eurocêntrica e hierárquica os leva a uma concepção invertida dos processos históricos, o que resulta em distorções acadêmicas.

³ A equipe do projeto é composta pela professora Aline Batista, as assistentes sociais Roberta Lima e Laryssa Neves, e as bolsistas Clarisse Duarte e Laura Oliveira.

⁴ A lei 10639/03 institui o ensino obrigatório entre história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Em 2018 foi ampliada pela lei 11645 que institui também o ensino de história dos povos originários do Brasil.

A universidade, como aponta Chauí (2001, p.35), é uma “expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”. Diante disso, compreende-se que a necessidade de realizar e criar projetos de extensão é um produto da realidade social que vivenciamos. Através da extensão, a universidade se altera o seu “pensar” e “fazer” de forma significativa, mostrando que seu produto é resultado das dinâmicas e disputadas presentes na sociedade (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Chaves e Gamboa (2000), a extensão torna mais potente a missão da universidade como agentes formados. Os autores, apontam que a extensão prepara os futuros profissionais para “situações complexas” e permite que estes consigam “elaborar materiais institucionais para socializar conhecimento”, como uma forma de devolver para sociedade o conhecimento construído dentro do espaço acadêmico.

O surgimento da extensão universitária tem sua origem alinhada à formação do Estado Moderno, entre os séculos XV e XVII, onde ocorriam centralizações políticas e a consolidação de poder nas mãos de um único soberano. Durante este período, os gestores públicos entendiam a universidade como uma possibilidade de auxílio no processo de desenvolvimento nacional, assessorando as comunidades carentes e empresas (MENEGON et al, 2013), e melhorando a economia do país.

Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, a extensão deve ser entendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa com a prática social, visando à democratização do conhecimento e à promoção de justiça social (BRASIL, 2012).

Diante disso,

[...] podemos dizer que a extensão universitária se configura como um processo educativo e científico. Ao promovê-la, estamos (re) produzindo um conhecimento de suma importância: um conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade e vice-versa. Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de um conhecimento acadêmico que não se basta em si mesmo, que estará alicerçado numa troca de saberes executada entre representantes sociais que produzem os saberes populares e pesquisadores acadêmicos que têm como objetivo produzir e aplicar ciência. Muitas vezes há, nessas práticas, confronto. E dele é que podem surgir novos saberes – produzidos exatamente pelo diálogo (ainda que tenso) entre a comunidade científica e a população que se beneficia dos projetos de extensão e os alimenta. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001 apud MANEGON et al 2013).

Segundo Paulo Freire (1987), a universidade deve assumir um papel emancipador, sendo um espaço de produção e socialização de conhecimento que contribua na transformação social, visando também a formação integral dos seres, promovendo uma construção crítica e alinhado com os compromissos éticos da sociedade. Sendo assim, a extensão universitária se constitui enquanto canal direto entre os conhecimentos e tecnologias produzidas na universidade e a comunidade. Fortalecendo a relação indissociável entre teoria e a realidade concreta, na medida em que tanto esses conhecimentos contribuem para transformar a realidade, quanto às questões postas no cotidiano traz subsídios importantes para adensar questões importantes sobre a realidade social, como no caso do projeto , o racismo.

Analisando este processo pela perspectiva marxista, podemos compreender que a educação, principalmente a educação universitária, possui dimensões dentro do jogo político e social da sociedade capitalista. Segundo Karl Marx e Friedrich Engels, a educação desempenha um papel central na manutenção das estruturas de classe, reforçando e transmitindo os valores e a ideologia das classes dominantes. Entretanto, os autores também apontam o potencial emancipatório e de conscientização de classes que a educação pode vir a ter. Evidenciando que dependendo da forma que será direcionada, poderá fomentar uma visão crítica da realidade social e das estruturas de opressão, presentes dentro da sociedade capitalista. Gramsci, entende a educação como um processo de formação de intelectuais orgânicos, que viriam a entender as contradições presentes no sistema capitalista e que a partir disso, lutariam por transformações sociais promovendo assim uma revolução nas dinâmicas de exploração existentes no capital (GRAMSCI, 1975).

METODOLOGIA

As ações foram organizadas através das seguintes etapas:

1) Articulação institucional - Foram realizadas reuniões com a equipe técnica da escola para apresentar o PROAFRO, e debater com a equipe sobre as demandas e possibilidades de atividades dentro da unidade. Atualmente a equipe está atuando no Colégio de aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CAp-UERJ. O projeto tem como campo de atuação escolas públicas da rede básica de ensino na região metropolitana do Rio de Janeiro. Podendo atuar tanto através de demandas espontâneas, como no caso do CAp, ou através de oferta em escolas em regiões periféricas e negras.

2) Apresentação do projeto para os professores da unidade - Foi realizado um evento para apresentação do projeto e das possibilidades de atuação na instituição. Além disso, procuramos sensibilizar os professores tanto para aderirem ao projeto, quanto para contribuírem com o planejamento das atividades. Ademais, buscamos participar, sempre que possível, das reuniões pedagógicas com o intuito de continuar esse processo de sensibilização.

3) Realização de oficinas lúdicas com os estudantes - No decorrer de doze meses de atuação no CAp, foram acompanhados alunos de quatro turmas. Em 2023, quando iniciamos as atividades, eles estavam no sétimo ano do Ensino Fundamental e atualmente estão no oitavo. A escolha por essas turmas foi feita pela equipe multiprofissional, justamente pelos muitos casos de racismo entre eles. Até a presente data foram realizadas vinte e quatro atividades, sendo quatro para cada turma.

O primeiro grupo de oficinas foi a aplicação de um formulário, que teve como objetivo compreender o perfil socioeconômico, de gênero, de raça e composição familiar. As primeiras atividades foram para conhecer as turmas e avaliar as melhores estratégias para realização das próximas. Buscamos identificar questões relacionadas ao território (violência, moradia, ocupação do espaço), a família (composição familiar, relações de cuidado), ao lazer (influências, brincadeiras, etc.), ao futuro (perspectivas) e ao racismo. Esse mapeamento foi realizado através do preenchimento e debate de uma ficha estruturada pela equipe. Através desta ficha, pretendíamos mapear as principais dificuldades dos estudantes em relação ao debate central, raça, e entender quais eram seus gostos pessoais. Desta forma, nas etapas posteriores, poderíamos adaptar a linguagem de um assunto tão complexo quanto o racismo, para que o público alvo, alunos do sétimo ano do ensino fundamental, pudessem se apropriar do tema com mais naturalidade. Outro ponto importante dessa atividade, foi a possibilidade de construirmos uma relação com os alunos, pois ao invés de simplesmente preencherem formulários, fomos debatendo com eles as questões, assim pudemos falar um pouco de nós, das nossas vivências e realidades.

As atividades posteriores foram construídas a partir das informações colhidas na primeira etapa. Buscamos debater os temas relacionados ao racismo a partir dos interesses e influências dos estudantes. Diante disso, encontramos um cenário um tanto quanto heterógeno na configuração e dos destaques apontados por cada grupo (turma). Por exemplo, o grupo A assim que percebeu que o tema que tínhamos proposto se tratava de racismo, logo destacou o gosto de alguns membros do grupo pelo youtuber

Léo Lins, cujo trabalho tem como base o racismo, o sexismo, a homofobia, a gordofobia, dentre outros. A partir destes levantamentos, levamos, em um terceiro momento, um vídeo desta personalidade para debater com eles as principais falas, entendidas por alguns como comédia, ditas por eles. Além deste, grupos/turmas apontaram o gosto pelo estilo musical *trep*⁵ e a fascinação pelo MC⁶ Cabelinho que fala da realidade das comunidades e da violência cotidiana.

Na terceira atividade focamos na reflexão sobre racismo recreativo. Utilizamos como base para o debate um instrumental construído pela equipe que foi o ‘Bingo dos Privilégios’, esse jogo corresponde a uma cartela com diversas frases e situações racistas. A atividade consiste em sortear um número, e a partir da frase tirada conversamos com estudantes se já ouviram ou vivenciaram (ou alguém da família). No final ganha quem na verdade sofre no cotidiano ‘os sem privilégios’, os que sofrem racismo.

BINGO DOS PRIVILÉGIOS	
06 “PICOLÉ DE ASFALTO”	53 JÁ FUI CHAMADO DE ESCURINHO
28 “SEU CABELO PARECE BOMBRILO”	19 NEGRINHA(O) FOLGADO
88 “VOCÊ É BONITA PARA UMA NEGRA(O)”	01 VOCÊ NEM É TÃO ESCURO
50 “SE TIRAR FOTO DELE NO ESCURO NEM VAI APARECER”	14 PERSONAGEM NÃO DESBLOQUEADO
64 “FALA VOCÊ, BOLA OITO”	22 “OLHA LÁ, LÁ VEM O MACACO”

Cartela de bingo elaborado pela equipe do PESSEA

O último grupo de atividade visou propor a construção de um produto final para o projeto que pudesse também servir como instrumental para outras atividades. Dado a faixa etária (12 a 14 anos) e o perfil dos alunos, a equipe do projeto e a multidisciplinar

⁵ O gênero musical *Trep* é uma variante do *Trap*, um subgênero do rap, com influências da música urbana e regional da América Latina e do Caribe surge como uma resposta ao contexto social e às expressões culturais das juventudes urbanas. As músicas de trap utilizam como elementos centrais sintetizadores, batidas eletrônicas pesadas e letras que abordam questões como: violência, consumo e identidade (FERNÁNDEZ, 2020).

⁶ MC é uma sigla que significa Mestre de Cerimônias. Essa expressão se popularizou nos Estados Unidos, no final dos anos 1970, com o crescimento da cultura hip-hop.

da unidade de ensino, escolhemos a criação de um vídeo, por parte dos estudantes, que discutisse antirracismo. Buscamos respeitar as especificidades de cada estudantes pontuando que nem todos precisavam aparecer no vídeo, todavia, todos deveriam participar dos grupos. Alguns professores incorporam ao debate as suas disciplinas, atribuindo pontos extras à atividade. Criamos ainda grupos pelo aplicativo whatsapp para que os estudantes pudessem ter acesso direto a equipe e tirar as dúvidas sobre a elaboração do vídeo. Fizemos ainda, algumas apresentações com exemplos sobre vídeos antirracistas para que pudessem auxiliar sobre as suas ideias.

As avaliações das oficinas foram feitas de forma oral e através da observação da equipe no decorrer das atividades, que buscou perceber o grau de adesão às atividades e as respostas dadas às atividades disparadoras. Haverá uma atividade final de apresentação dos vídeos e aplicação de uma avaliação escrita do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns pontos centrais foram destacados pela equipe nas primeiras atividades realizadas com os grupos. Dentre elas, o fato de que eles, em sua maioria, sabem o que é racismo e até mesmo identificam algumas questões gerais acerca deste tema. Isso se deve ao fato do assunto já ter sido levado pelos professores em outros momentos. Em certas salas, até mesmo possuíam cartazes falando da temática. Então, de certa forma, o assunto não causava estranheza, apenas um certo nível de curiosidade.

Outro ponto percebido foi a naturalização do racismo. Apesar de identificarem o racismo como algo ruim, eles possuíam uma dificuldade de identificar algumas situações como racismo, ou ainda, absorvem essas questões no seu cotidiano. O que acaba por conectar a um outro ponto observado, o racismo recreativo. Muitos deles apresentavam dificuldade em compreender a relação das “brincadeiras” que faziam entre si como racismo. Muitas vezes, víamos os alunos negros reproduzindo essas mesmas brincadeiras como forma de se sentirem parte de um grupo.

Avaliamos também que poucos professores realmente aderiram ao projetos, considerando que eram os mesmos que disponibilizavam os seus tempos e participaram das atividades. Por outro lado, também consideramos que esse eram um bom começo para ampliar o debate antirracista.

Pudemos identificar que o fato de estarmos presentes debatendo sobre racismo recorrentemente, fortaleceu muitos estudantes negros a se colocarem em situações de

racismo tanto entre colegas, quanto em outros espaços. Seja verbalmente e/ou através da estética - roupas, cabelos, e através da cultura - formas de falar, gostos musicais e compreensão das expressões do racismo ao seu redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta seção, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.

Percebemos o quanto o debate é necessário, e que apesar de termos vinte e um ano da promulgação da 10639/03, ainda há muito o que ser feito para construir realmente uma educação antirracista. Moura (1994) nos aponta que o paradigma da modernidade enquadrou a produção de conhecimento em um lugar em que os negros não possuíam perspectiva civilizatória, e por isso não poderiam ser sujeitos da produção de conhecimento. É extremamente necessário reafirmar que na relação trazida, produção de conhecimento – educação, não se trata apenas de informar, ou mostrar o não-sabido, mas de uma disputa política e formação de uma consciência crítica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos profundamente a equipe multiprofissional do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), especialmente aos assistentes sociais Lauren Cunha e Robson Pereira e seus estagiários Janaína, Lucas e Stefani, pelo diálogo, construção coletiva e suporte contínuo em todas as atividades com os estudantes. Acreditamos que o apoio de vocês e a troca foi fundamental para a condução e a concretização deste trabalho.

Também destacamos a contribuição da assistente social Laryssa Neves, que durante a construção do projeto teve grande contribuição e nos trouxe uma perspectiva rica e cultural sobre a juventude negra brasileira e o rap.

Também expressamos nossa gratidão às alunas bolsistas Clarisse Laura, cuja colaboração e empenho foram indispensáveis para a realização das atividades e para o

avanço das etapas do projeto. Este trabalho é fruto de um esforço coletivo, que reflete a dedicação e o comprometimento de todos os envolvidos. Entendemos que é a luta antirracista só pode se concretizar através da construção coletiva. Diante disso, agradecemos demasiadamente a participação de todos(os adolescentes, a equipe técnica) os envolvidos, mas que, por algum motivo, não foram destacados aqui.

REFERÊNCIAS

- CHAVES, M.;GAMBOA, S. S. Prática de ensino: formação profissional e emancipação. Maceió: EDVIFAL, 2000.
- FERNANDÉZ, L. (2020). Trap e Trep: A cultura urbana da juventude latino-americana. Buenos Aires: Editorial Nueva América.
- MENEGON, Rodrigo Rodrigues et al. Projetos de extensão: um diferencial para o processo de formação. In: Colloquium Humanarum. 2013. p. 1268-74.
- MOURA,Clóvis. As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.
- MOURA, Clóvis, O racismo como arma ideológica de dominação. In: Revista Princípios, n°34, 1994. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismocomo-arma-ideologica-de-dominacao>
- GRAMSCI, A. (1975). Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Unesp, 2001.
- hooks, bell. Ensinando a transgredir: A Educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Ministério da Educação.
- FREIRE, P. (1987). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra